

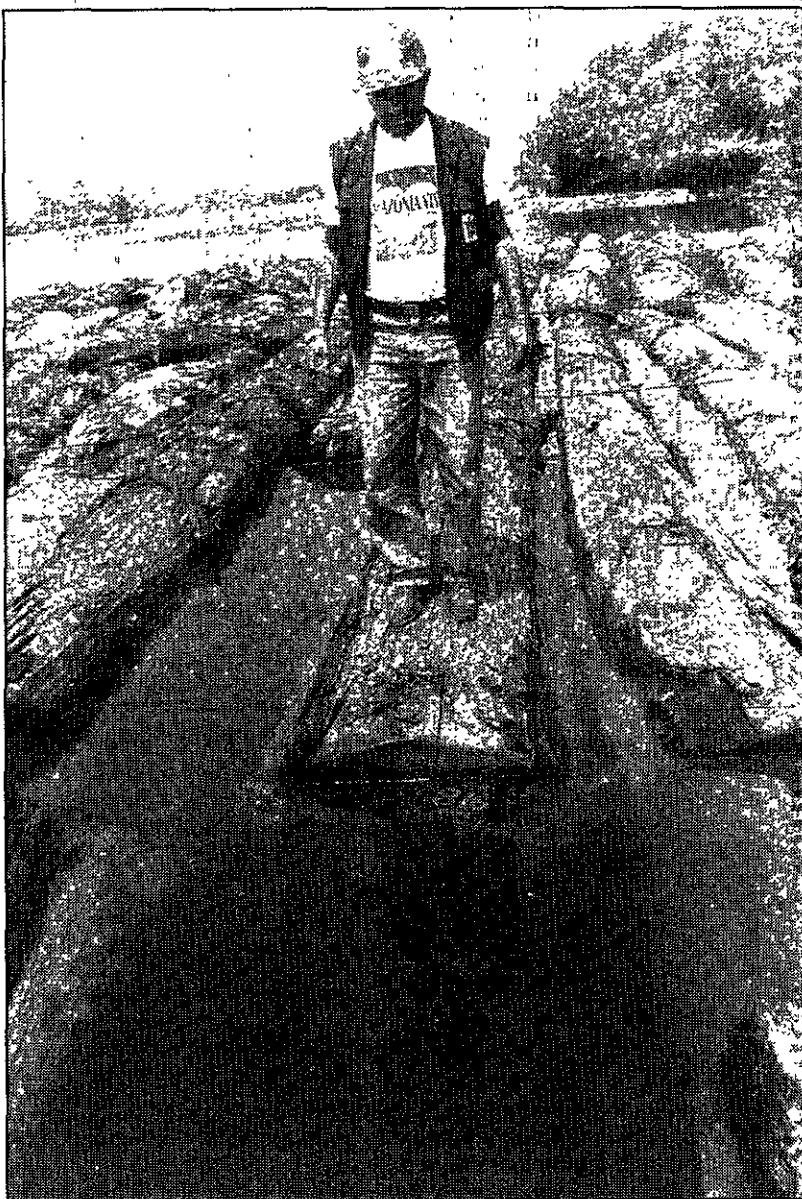
CEDI**Povos Indígenas no Brasil**Fonte: Comício BrasileiroClass.: Madeira / MognoData: 15/06/94Pg.: 178

Ibama libera exportação extraordinária de mogno

O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) autorizou a exportação de uma cota de mogno de 16 mil metros cúbicos em atendimento a pedido de empresas madeireiras, que alegavam prejuízos com os custos de armazenamento. O destino da madeira excedente seria o encalhe, quando começaria a derrubada da cota correspondente ao segundo semestre, reclamavam os empresários. O volume suplementar autorizado pelo Ibama, em portaria publicada no Diário Oficial da União do último dia 3, equivale a quase um terço de 50 mil metros cúbicos autorizados para todo o primeiro semestre deste ano.

Quando o Ibama estabeleceu a cota de 50 mil metros cúbicos para o primeiro semestre de 1994, determinação que corresponde a um contingenciamento que tem o objetivo de controlar a exploração de espécies consideradas em extinção, não havia informações precisas sobre o volume total de mogno já armazenado. Os registros oficiais de quantidade de mogno efetivamente armazenado só ficaram prontos em dezembro. A autorização do Ibama corresponderia, segundo afirmaram fontes do setor a uma regularização dos estoques excedentes das empresas. Informações obtidas junto às próprias empresas indicavam estoques que chegavam a 66,2 mil metros cúbicos foi a única alternativa", reconhece Ademar Takeo, engenheiro florestal do Departamento de Comercialização de madeira do Ibama. "A concessão foi necessária porque houve uma maior demanda do mercado internacional, no primeiro semestre". A exemplo dos madeireiros, Takeo argumenta que "seria um prejuízo enorme para estas empresas, que ficariam paralisadas até o próximo contingente", tendo ainda que lidar com o problema de estoques encalhados".

Essa preocupação não é compartilhada pelo biólogo Eduardo Martins, ex-presidente do Ibama e atual coordenador do Fundo para a Natureza (WWF), no Brasil. "Isto é um absurdo", protesta. "Mostra apenas que o contingenciamento não serve para proteger a espécie, mas sim o mercado". Uma árvore de mogno custa US\$ 80 no Brasil e é vendida a US\$ 3



Mogno liberado significa um terço da produção do semestre

mil na Inglaterra, um dos maiores compradores mundiais de mogno brasileiro, ao lado dos Estados Unidos.

Segundo Martins, ao editar, em dezembro do ano passado, a portaria nº 138/93-N, o Ibama justificava o sistema de contingenciamento de madeiras como "um instrumento de política florestal, onde são adotadas medidas que propiciam a preservação de espécies ameaçadas de extinção dentre elas, especificamente, mogno, virola, pinho e imbuia". Menos de seis meses depois, com outra portaria alterou toda a argumentação de boas intenções. Como se não bastasse a extração de mogno é

feita de maneira rudimentar, destruindo o que tiver ao redor. "A exploração é predatória, porque as madeireiras não investem em tecnologia", acusa o biólogo da WWF. Ele diz que a cada metro cúbico retirado, cerca de cinco são totalmente destruídos. "Eles empobrecem a floresta", lamenta Martins.

A questão não pára por aí; ela está levantando uma série de outras questões. A mais recente é a inclusão do mogno na Convenção Internacional de Comércio de Espécies da Flora e Fauna Ameaçadas de Extinção, marcada para novembro, em Washington.